COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 576, DE 2010

Altera a redação do art.11, I, “d”, da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, esclarecendo que a competência para instituição do ICMS na importação do exterior incumbe ao Estado onde se localiza o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria ou bem.

AUTOR: Deputado CARLOS BEZERRA

RELATOR: Deputado JÚNIOR COIMBRA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 576, de 2010, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, altera a alínea “d” do inciso I do art. 11 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, estabelecendo que a competência para instituição do ICMS na importação do exterior incumbe ao Estado onde se localiza o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria ou bem.

Encaminhada à Comissão de Finanças e Tributação, a matéria será analisada sob o aspecto de sua adequação e compatibilidade orçamentária e financeira e quanto ao mérito.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão, previamente ao exame de mérito, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o

orçamento anual e os princípios constitucionais e as normas pertinentes à receita e despesa públicas, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, IX, “h” e 53, II) e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”, aprovada em 29 de maio de 1996.

Da análise do projeto, verifica-se que a proposição pretende alterar a alínea “d” do inciso I do art. 11 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, estabelecendo que a competência para instituição do ICMS na importação do exterior incumbe ao Estado onde se localiza o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria ou bem.

O autor justifica que a proposta pretende corrigir descompasso entre o texto constitucional e a Lei Complementar nº 87/1996. De fato, há uma divergência entre o preceito estabelecido no art. 155, § 2º, inciso IX, alínea “a” da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 33/2011, e o disposto no art. 11, inciso I, da alínea “d” da Lei Complementar nº 87/1996.

(CF) Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

....

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

...

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

...

IX - incidirá também:

*a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, **cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;**(grifo é nosso)*

(LC) Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

...

*I - tratando-se de **mercadoria ou bem**:*

...

d) importado do exterior, o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física; (grifo é nosso)

Sob esse prisma, o Projeto de Lei Complementar, que altera a legislação do ICMS, é adequado do ponto de vista de atendimento aos princípios e às normas pertinentes à legislação financeira vigentes.

Ressalta-se que a referida proposição não causa impacto sobre as finanças da União e ainda que afete as receitas estaduais não há que se adequar nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, uma vez que este tem por objetivo alinhar o texto complementar ao preceito constitucional.

Quanto ao mérito, trata-se de proposição de relevante interesse público, uma vez que corrige uma impropriedade na redação do dispositivo alterado que em flagrante contradição com o art. 155, § 2º, Inciso IX, “a” da Constituição Federal de 1988, atribui a competência para a cobrança do ICMS na importação aos Estados onde ocorre a entrada física da mercadoria ao invés do Estado de destino da mercadoria como reza a Carta Magna, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 33/2001.

Ante o exposto, somos pela **adequação financeira e orçamentária e no mérito**, pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 576, de 2010.

Sala da Comissão, em 08 de maio de 2012.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**

Relator